

Processo

Página
peça
1

Peça

DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: Jose Marcos Santos de Carvalho em 20/08/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8DD4.EFDA.14F5.6D30.4DB5.



Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 001185-0200/18-6

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 07/08/2020

Processo: 001185-0200/18-6

Órgão: PM de Carlos Barbosa

Matéria: Contas de Governo

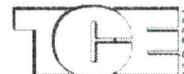
Exercício: 2018

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 18 de Agosto de 2020.

Mariza Elena Lang
Oficial de Controle Externo



Assinado digitalmente por: Júlio César Landin em 05/06/20.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B4Bl.4580.C7E4.3680.E933.



PARECER N. 20.549

Processo n. 001185-02.00/18-6

Processo de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Carlos Barbosa**, referente ao exercício de **2018**. Falha formal e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável**.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 03 de março de 2020, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001185-02.00/18-6**, de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Carlos Barbosa**, Senhores **Evandro Zibetti** e **Roberto Da-Fré**, referente ao exercício de **2018**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falha de natureza formal, não prejudicial ao erário, bem como de controle interno, decorrente de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovada nos autos, a qual, na sua globalidade, não compromete as contas em seu conjunto, embora enseje determinação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

TC-08.1



Relator: Conselheiro Pedro Figueiredo
Processo n. 001185-02.00/18-6 –
Decisão n. 1C-0228/2020

– Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de Carlos Barbosa** no exercício de **2018**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que, apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos, o qual foi acolhido em plenário.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

*a) emitir Parecer sob o n. 20.549, Favorável à aprovação das Contas de Governo dos Senhores **Evandro Zibetti** (p.p. Advogada Cristiane Gabriela Brasil Machado, OAB/RS n. 76.334) e **Roberto Da-Fré, Administradores do Executivo Municipal de Carlos Barbosa** no exercício de **2018**, nos termos do artigo 3º da Resolução n. 1.009/2014 deste Tribunal;*

b) recomendar ao atual Gestor que evite a reincidência da falha relatada nos autos e adote providências corretivas em relação a sua regularização, as quais deverão ser objeto de necessária verificação em futura auditoria;

c) encaminhar o processo ao Legislativo Municipal de Carlos Barbosa para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros Cezar Miola, Pedro Figueiredo e Alexandre Postal.

Plenário Gaspar Silveira Martins, em 03-03-2020.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

TC-08.1



Diante do exposto, voto por:

a) **emitir parecer favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Senhores Evandro Zibetti e Roberto Da-Fré, Gestores do Executivo Municipal de Carlos Barbosa no exercício de 2018, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 1.009/2014;

b) **recomendar ao atual Gestor** que evite a reincidência da falha relatada e adote providências corretivas em relação a sua regularização, as quais deverão ser objeto de necessária verificação em futura auditoria; e

c) **encaminhar o Processo ao Legislativo Municipal de Carlos Barbosa**, para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Conselheiro Pedro Figueiredo,

Relator.

Assinado digitalmente pelo Relator.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 17247/2019

Processo nº **001185-0200/18-6**
Relator: **Gabinete Pedro Figueiredo**
Matéria: **Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2018**
Órgão: **PM DE CARLOS BARBOSA**
Gestor: **EVANDRO ZIBETTI (Prefeito Municipal) e ROBERTO DA-FRÉ (Vice-Prefeito)**

**CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.**

A conduta infringente de normas de finanças públicas sujeita os Gestores à imposição de advertência, contudo não impede a emissão de parecer favorável às contas dos Administradores.

Para exame e parecer, o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

O senhor EVANDRO ZIBETTI (Prefeito) prestou esclarecimentos, por meio de Procurador habilitado, acompanhados de documentação.

Registre-se que o senhor ROBERTO DA-FRÉ não foi intimado a prestar esclarecimentos em razão da ausência de inconformidades verificadas durante o seu período de gestão.

A Supervisão registra a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade dos Gestores no exercício sob exame. Menciona, ainda, a decisão exarada no processo de Inspeção Especial nº 12955-0200/18-0 para que se incluía nas contas de gestão relativas ao exercício de 2018 a matéria versada naquele expediente.

Home page: <http://www.tce.rs.gov.br/> e-mail: mpe@tce.rs.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

As situações a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, exceto quando se tratam de meras recomendações, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas, de controle dos orçamentos e balanços, ensejando advertência à origem.

Observa-se que, na ausência de manifestação específica por parte deste Ministério Público de Contas, a fundamentação adotada é aquela elaborada pela Supervisão “ad relationem”.

DO RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

6 - DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC Federal nº 12.527/2011.
Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011, não estão sendo cumpridas, conforme se demonstra nas peças 2040643 e 2076188, pois está sendo descumprido o seguinte requisito: - Item (10) - Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras. Matéria apontada no processo nº 4302-0200/17-3¹ (peça 2081405, pp. 14/16).

O Recibo de Informações Nº 11/2018 (peça nº 2040643) demonstra que dispositivos da Lei nº 12.527/2009, a chamada Lei de Acesso à Informação, não foram observados no exercício sob exame. Portanto, deve-se advertir o atual Administrador no sentido de evitar a reiteração das falhas, sob pena de desaprovação de suas contas.

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações capazes de levar à imposição de advertência, não compromete gravemente as contas de governo.

¹ Julgado em 09/04/2019, com decisão por recomendar à Origem que adote as providências necessárias para corrigir e evitar a reincidência das irregularidades apontadas no Relatório.

